



PODER

Pressa para derrubar veto à desoneração

Parlamentares querem votação já na próxima terça-feira. Pacheco evita definir uma data, mas faz defesa enfática do projeto

» EDLA LULA
» EVANDRO ÉBOLI
» ÂNDREA MALCHER

Parlamentares ligados ao setor empresarial, incluindo deputados e senadores da base aliada, se mobilizam para derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que prorroga por mais quatro anos a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores produtivos e estende o benefício para municípios pequenos.

Apesar de o prazo constitucional para a apreciação do veto ser de 30 dias, eles informaram que vão pressionar para que o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), inclua a votação na próxima sessão, marcada para terça-feira.

Ao comentar o assunto ontem, Pacheco não falou em pauar a matéria para a próxima sessão, que já conta com 34 itens — alguns dos quais bastante polêmicos, como o marco temporal das terras indígenas, e dispositivos que foram incluídos por parlamentares no projeto do novo regime fiscal.

Pacheco, no entanto, prometeu analisar o veto ainda este ano. "O problema é que a desoneração tem um prazo até 31 de dezembro, e nós precisamos decidir se prorrogamos ou não a desoneração, pois gerará uma instabilidade e insegurança jurídica muito grande nessas empresas que podem, com a não prorrogação, ter uma demissão muito significativa," afirmou.

Em defesa do texto, Pacheco disse que "a desoneração tem razão de ser, não é um benefício ao acaso". Ele destacou, porém, que vai aguardar a proposta alternativa do governo para entender do que se trata (leia reportagem abaixo).

Segundo as regras estabelecidas pela Constituição e pelo regimento comum da Câmara e do Senado, o prazo para o presidente sancionar ou vetar uma matéria é de 15 dias. Sendo ela vetada, o presidente do Congresso tem 30 dias para agendar sessão



O presidente Lula vetou integralmente o projeto que prorroga até 2027 a desoneração: vitória para o ministro da Fazenda

deliberativa sobre a proposição. Caso não o faça, a matéria tranca a pauta de votações.

Para derrubar a decisão de Lula, serão necessários 257 votos de deputados e 41 de senadores.

Os deputados argumentam que, se não for prorrogado, o benefício deixará de existir em 31 de dezembro, por isso, eles têm pressa.

Ampla maioria

O autor do projeto, senador Efraim Filho (União-PB), é um dos que trabalham para incluir o tema na próxima sessão. "Vamos nos esforçar para reverter essa decisão e derrubar o veto ainda este ano, já que o projeto foi aprovado com apoio sólido e ampla maioria nas duas Casas", frisou. Na Câmara, a

matéria recebeu 430 votos favoráveis e 17 contrários. No Senado, a votação foi simbólica, com forte apoio dos parlamentares. Na avaliação do senador, houve "praticamente unanimidade" na aprovação.

Relatora do projeto na Câmara, a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) está indignada com o veto e anunciou que vai trabalhar para derrubá-lo. "Mesmo sem esperar nada deste governo, eu não imaginava que o presidente Lula cometria o erro gigantesco de vetar a desoneração da folha de pagamento para os 17 setores que mais empregam no país", protestou, em postagem nas redes sociais. "Quero dizer que já comecei a articular com os líderes e deputados para derrubar o veto. Nós não iremos permitir que o presidente coloque na rua

quase um milhão de trabalhadores às vésperas do Natal. A sanha arrecadadora deste governo não tem limites."

Deputados ligados a alguns desses setores se reuniram anteontem com o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, e afirmaram que ficaram surpresos com a decisão de Lula.

Na conversa no Palácio do Planalto, Padilha não disse a esses parlamentares que haveria o veto. O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que preside as frentes parlamentares da Indústria e Máquinas e Equipamentos e também a da Indústria Elétrica e Eletrônica, foi um dos parlamentares que estiveram com o ministro. Ele confirmou a mobilização e lamentou o veto de Lula. "Não era um tema polêmico.

Acreditávamos que o presidente, ciente da importância de garantir esses 17 milhões de empregos, fosse confirmar a manutenção da desoneração. Agora, vamos trabalhar para derrubar o veto", frisou.

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) emitiu nota em repúdio à decisão de Lula. Aproveitou para criticar as medidas arrecadatórias que tramitam no Congresso. "É importante lembrar que a agenda arrecadatória, que inclui uma açodada discussão sobre as subvenções concedidas pelos estados, deve ampliar a carga tributária do setor produtivo em 5,1 pontos percentuais. Com veto às desonerações, haverá ainda mais impactos nas empresas brasileiras — pequenas, médias e grandes."

Entenda o caso

Redução de carga tributária

Adotada desde 2011, a desoneração da folha de pagamentos é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20%, incidente sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, a depender do setor produtivo. Na prática, a medida reduz a carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas. Porém, com o veto do presidente Lula, o benefício perde a validade no fim deste ano, a não ser que o Congresso derrube o veto. Na proposta que saiu do Congresso, ainda havia previsão de redução da alíquota da contribuição previdenciária patronal imputada a municípios. Os setores contemplados são: confecção e vestuário, calçados, construção civil, call center, comunicação, construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia da comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas. Ao todo, eles representam nove milhões de empregos, dos quais muitos estariam em risco com o fim dos benefícios.

Haddad diz que o benefício é um erro e promete alternativas

» VICTOR CORREIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu, ontem, a decisão do governo de vetar o projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores.

Haddad anunciou que o Executivo vai apresentar um projeto alternativo ao Congresso, mas apenas depois das votações da reforma tributária e da subvenção de custeio do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), últimas matérias da área econômica a serem apreciadas.

O tema foi tratado cedo pela manhã, em coletiva de imprensa convocada pela Fazenda em São Paulo. O ministro tentou aplacar os ânimos do Congresso ao destacar que dará tempo para que o Legislativo aprecie a proposta alternativa, ainda neste ano.

Segundo ele, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai participar da articulação assim que voltar da agenda

internacional nos Emirados Árabes Unidos, no Catar, na Arábia Saudita e na Alemanha, na segunda semana de dezembro.

O titular da Fazenda ressaltou, contudo, que não pode ficar cedendo a chantagens. "Penso que, quando o Congresso tomar conhecimento do que pretendemos fazer, essa situação vai ficar pacificada", frisou. "É vai ser exatamente no prazo que convençamos: depois da aprovação da reforma tributária e da apreciação da (MP) 1.185, que é a última lei que falta ao Congresso apreciar do conjunto de medidas deste ano."

Arrecadação

A MP trata da regulamentação da subvenção de custeio sobre o ICMS, mecanismo usado pelos estados como benefício fiscal para atrair grandes empresas. Se aprovada, a matéria pode gerar R\$ 40 bilhões em arrecadação somente no próximo ano.



Não estou alheio ao problema que isso pode acarretar, embora o meu papel aqui não é ficar cedendo a chantagem

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Os 17 setores contemplados com a desoneração representam nove milhões de empregos, dos quais muitos estariam em risco com o fim dos benefícios.

Questionado sobre as alegações, Haddad rebateu: "Falavam em contratações quando foi feita a desoneração, o que também não houve. Não estou alheio ao problema que isso pode acarretar, embora o meu papel aqui não é ficar cedendo a chantagem", disparou.

Crivo de Lula

Ele não adiantou quais serão as medidas para compensar o fim da desoneração. A Fazenda ainda vai apresentar a proposta a Lula, antes de enviá-la aos parlamentares — que já se articulam para derrubar o veto presidencial.

Haddad espera que os congressistas pelo menos aguardem a alternativa do governo antes de tomar essa decisão. Declara que respeitará o tempo do

Parlamento para discutir e se debruçar sobre a medida, como fez com as reformas e com o voto de qualidade do Carf, entre outras pautas econômicas.

A decisão de Lula foi subsidiada por pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, além de documentos de outros ministérios, que contestaram o benefício fiscal.

O entendimento é de que a medida é inconstitucional por ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, não há indícios de que a desoneração traga benefícios econômicos que justifiquem a renúncia fiscal.

"São 10 anos em que nós estamos insistindo num erro que não está trazendo benefício nenhum para a economia brasileira", enfatizou Haddad. Ele citou ainda que a Fazenda vem defendendo, desde o início do mandato, o fim de isenções fiscais injustificadas, exatamente na tentativa de aumentar a arrecadação.